

## Governo quer cobrar custas de ação judicial de quem perder causa contra o INSS

Jair Bolsonaro anunciou que vai enviar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL) para cobrar as despesas dos processos judiciais de trabalhadores e das trabalhadoras que perderem ações contra o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Só ficarão isentos da cobrança os trabalhadores que ganham até três salários mínimos (R\$ 2.994,00).

O governo alega que o objetivo é diminuir o número de ações na Justiça - cerca de 15% dos benefícios pagos pelo INSS foram obtidos por via judicial.

A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, e o diretor da entidade, Diego Cherulli, criticam o projeto e afirmam que a judicialização só tem acontecido porque o governo tem diminuído o número de benefícios concedidos.

“Há um número excessivo de pedidos indeferidos não porque quem pede está errado, mas porque a máquina governamental é ineficiente. Só para dar um exemplo, o número de pedidos

de benefícios negados para os rurais dobrou, de 30% subiu para 60%”, diz Bramante.

De acordo com Diego Cherulli, as leis que o governo propõe e vêm sendo aprovadas pelo Congresso Nacional, como a reforma da Previdência, que deixam brechas jurídicas para a população procurar seus direitos na Justiça, contribuem com a judicialização.

“O governo inventa a todo tempo reformas e modifica procedimentos do INSS, provocando conflitos, e a definição de uma situação, que seria meramente administrativa acaba na Justiça”.

O governo confunde o estabelecimento de um critério financeiro-monetário com o acesso gratuito à justiça, diz Diego que defende que “cada caso deve ser analisado de forma particular, como é hoje”.

Para o advogado, quando o governo propõe impedir o acesso à Justiça comete dupla punição ao segurado.

“A primeira punição é pela análise errônea que fez do direito do cidadão e a segunda, ao res-

tringir e tentar impedir que ele busque o judiciário”, diz Cherulli.

“Esse projeto de lei vai acabar gerando uma inconstitucionalidade”, reforça a presidente do IBDP, Adriane Bramante.

Para ela, o governo também não está levando em conta que é um direito do cidadão ter Justiça gratuita, quando a pessoa informa que não tem condições de arcar com as custas do processo. Além disso, limitar a gratuidade a quem recebe três salários mínimos não resolve o problema da judicialização. A advogada entende que o teto estipulado pelo governo é muito baixo, nem ao menos é o teto do INSS (R\$ 5.839,45).

“Se um trabalhador que ganha R\$ 3.100,00, não consegue receber o seguro-saúde, e a empresa não o aceita de volta alegando que ele ainda não tem condições de voltar ao trabalho, é um direito dele ter uma justiça gratuita. Essas pessoas são tão vulneráveis, que não têm condições de arcar com os custos da ação”, diz.

### Governo não respeita separação de poderes

Para o diretor do IBDP, Diego Cherulli, é preocupante o fato do governo não ter claro a separação de poderes, pois ele está interferindo em decisões judiciais que já foram favoráveis aos segurados do INSS.

“As leis estão sendo feitas para solucionar processos em favor da administração pública e reverter decisões da justiça a favor do segurado. Se o judiciário

se pronuncia a favor do segurado, o governo não pode descontinuar essa decisão judicial. Isto é um desrespeito à separação dos poderes”, diz.

Ainda segundo o diretor do IBDP, há um golpe do Legislativo e do Executivo contra o poder Judiciário, e isto preocupa o IBDP em relação ao equilíbrio das normas e das relações jurídicas.

Fonte: CUT

### Jurídico informa

O Sindsep/MA através da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais, informa aos seus filiados que a advogada Maira Passos, não irá mais realizar atendimento ao público, sendo os seus plantões, a priori, dados pelo advogado Mário Macieira.

## Asnab realiza solenidade de posse da sua nova Direção



Nova direção da Associação Nacional dos Empregados da Conab (ASNAB) toma posse em clima de festa e prestigiada pela presença do Sindep/MA e pela CUT.

Na manhã de ontem, segunda-feira, tomou posse a nova direção da ASNAB no Maranhão. Estavam presentes, o presidente do Sindsep, Raimundo Pereira e o presidente da CUT Maranhão, Manoel Lages Mendes Filho. Durante a cerimônia de posse, o diretor estadual eleito, José Alberto Rodrigues Melo fez uma retrospectiva de sua atuação na ASNAB e além de agradecer

pontuou a importância do apoio do Sindsep em todo esse período. “Quero agradecer aqui a parceria que o Sindsep sempre teve com a ASNAB e à luta dos trabalhadores da CONAB”, disse o presidente eleito.

A nova diretoria assume em um ambiente sombrio para a categoria e com o compromisso de lutar pela manutenção da Conab. O Mandato da nova diretoria iniciou no dia 02 de dezembro de 2019 e se encerrará em novembro de 2022.

“Agradeço a oportunidade de estar presente nesse momento, principalmente por ser minha primeira atividade como o novo presidente da CUT do Maranhão. Esse é momento carregado de simbolismo pois queremos fortalecer a relação da Central com os movimentos sociais”, afirmou Manoel Lages.

O presidente do Sindsep/MA, Raimundo Pereira destacou a importância da CONAB para a população e chamou a atenção

para o importante papel da associação na luta e organização dos trabalhadores. “O Sindsep sempre apoiou a ASNAB por entender que a associação está muito próxima dos trabalhadores e tem papel fundamental em sua organização”, disse Raimundo Pereira.



### Composição:

- José Alberto Rodrigues Melo  
Diretor Estadual
- Ruy Reynaldo Ferreira de Abreu  
Tesorero
- Benedito Souza de Jesus Neto  
Diretor Social
- Elmyr Lima Silva  
- Diretora de Comunicação



## Semana de Mobilização agita campanha contra reforma administrativa

Próximos dias serão marcados por diálogos, panfletagens e compartilhamento de materiais para conscientização popular sobre a riqueza patrimonial brasileira e a importância dos serviços públicos gratuitos de qualidade.

*Matéria completa em [www.condsef.org.br](http://www.condsef.org.br)*